



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

**EMENDA Nº - PLEN**  
(à PEC nº 110, de 2019)

Dê-se ao Art. 123, a seguinte redação:

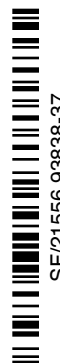
“Art. 123. Lei Complementar deverá prever regimes especiais de tributação para o imposto de que trata o Art. 152-A da Constituição Federal, não se lhes aplicando o disposto no § 1º, III e X, daquele artigo, para:

- I – atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais;
- II – serviços de educação;
- III – serviços de saúde;
- IV – transporte público coletivo e rodoviário de cargas; e
- V – entidades beneficentes de assistência social.

§1º Os regimes de tributação de que trata o *caput* poderão prever alterações nas regras de creditamento e nas alíquotas do imposto, desde que aplicadas uniformemente a todas as esferas federativas.

§2º Enquanto não for aprovada a referida Lei Complementar, a carga deste tributo será de 10% em regime não cumulativo, que poderá ser reduzida ou eliminada através da aplicação de incentivos existentes no ordenamento jurídico.

§3º A Lei Complementar sobre a tributação dos serviços de educação terá alíquota máxima limitada a 10%, em regime não cumulativo, a ser distribuídas proporcionalmente entre os entes federativos de acordo com a composição da carga do imposto em cada município.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

§4º Serão isentas do referido imposto as entidades sem fins lucrativos que prestem serviços educacionais, de saúde e de assistência social.”

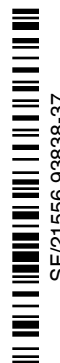
## JUSTIFICAÇÃO

O valor da educação particular brasileira está reconhecido entre os poucos setores estratégicos passíveis de um tratamento tributário diferenciado, conforme o relatório da Reforma Tributária. As famílias de 15 milhões de estudantes desoneram o Estado brasileiro em R\$ 225 bilhões por ano e não podem ser mais tributadas com o aumento de impostos sobre a mensalidade. Sempre importante lembrar que mais de 80% destes estudantes, em todos os níveis de ensino, pertencem às classes C, D e E.

Diante disso, é notório o posicionamento dos parlamentares no sentido de preservar a educação particular e evitar impactos negativos na vida desses jovens e no próprio futuro do País. Assim, não faz sentido aumentar impostos sobre as mensalidades. Vale destacar que estudos mostram que 65 de 102 países isentam as mensalidades e que a alíquota única do IBS aplicada às mensalidades colocaria o Brasil como campeão mundial de tributos sobre a educação.

A forma como foi construída a PEC é muito adequada. Porém, é preciso que a mesma traga segurança às suas intenções, bem como incorpore as melhorias que se façam necessárias. Diante disso, a presente emenda traz sugestões que se justificam pelos pontos a seguir, que devem ser vistos de forma única e articulada:

A Lei Complementar **deverá** prever regimes especiais de tributação para o IBS. Sendo esse tratamento diferenciado para poucos setores uma decisão importante do Parlamento, não há porque deixar a insegurança de que não estão devidamente protegidos, a menos que outra mudança



SF/21556.93838-37



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

constitucional reveja tal decisão. Neste sentido, é preciso ser mandatório o tratamento.

Além disso, a definição de um prazo limitado não faz sentido, devendo o mesmo ser indeterminado, até que, se necessário, nova emenda constitucional reveja tal decisão.

É preciso ainda evitar um hiato e, enquanto não for aprovada a referida Lei Complementar, a carga deste tributo será de 10% em regime não cumulativo, podendo ser reduzidos ou eliminados através da aplicação de incentivos existentes no ordenamento jurídico como no caso do louvável e efetivo ProUni, que garante vagas aos mais carentes e viabiliza o ensino superior no Brasil.

No caso da Educação, pelo menos, é preciso também delimitar este tratamento da Lei Complementar, evitando que a Reforma resulte em aumento de carga tributária sobre as mensalidades nesse segmento tão sensível e estratégico. Assim, é preciso estabelecer um limite minimamente coerente para a alíquota que será definida em Lei Complementar, estabelecido em 10%.

Por fim, não faz sentido aumentar impostos sobre instituições sem fins lucrativos que atuam em temas sociais e hoje são isentas. É fundamental manter a isenção para que essas possam continuar desenvolvendo seu trabalho que, também, desonera o Estado brasileiro de suas obrigações sociais.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**  
(PSDB/DF)



SF/21556.93838-37